



MAPA RESUMO DAS DELIBERAÇÕES DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26/06/2021

ORDEM DE TRABALHO	DELIBERAÇÃO
1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;	TOMADO CONHECIMENTO
2 - NOMEAÇÃO de novo membro para integrar a CPCJ de Alfândega da Fé, ao abrigo do disposto no artº 17º n.1 alínea l) da Lei nº 147/99, de 01 de setembro na sua redação atual;	Deliberado, por UNANIMIDADE, dos 25 membros presentes, nomear como novo membro para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Alfândega da Fé, a munícipe Paula Cristina Reis Gomes em substituição de Liliana Isabel Araújo Jaldim, conforme solicitado no ofício registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4304 do ano de 2021.
3 - APRECIACÃO do Inventário e Património referente ao ano de 2020, de acordo com o n.º 2, alínea l), do artº 25º conjugado com o n.º 2 do artº 27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Ambos foram apreciados, pelos 25 (vinte e cinco) membros presentes
4. Relatório de Gestão e Contas para 2020- Compete a Assembleia Municipal a APRECIACÃO do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2020, de acordo com o n.º 2, alínea l), do artº 25º conjugado com o n.º 2 do artº 27, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;	Deliberado, por MAIORIA, dos 25 membros presentes, com 19 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções, dos Senhores(a) Deputados(a): António Pacheco; Susana Guerra; Carlos Pousado; Bruno Rachado; Luís Mascarenhas, Adriano Andrade, apreciar o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de dois mil e vinte e um.
5- Proposta de aplicação do Resultado Líquido de 2020, pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo – para APROVAÇÃO;	Deliberado, por MAIORIA, dos 25 membros presentes, com 19 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções, dos Senhores(a) Deputados(a): António Pacheco; Susana Guerra; Carlos Pousado; Bruno Rachado; Luís Mascarenhas, Adriano Andrade, aprovar a aplicação de resultado líquido do exercício do ano de 2020, nos termos da proposta apresentada, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3578, do ano de 2021.
6- Certificação legal de contas de 2020 – para CONHECIMENTO;	Tomado conhecimento
7- Relatório anual de auditoria em 31 de dezembro de 2020 – para CONHECIMENTO;	Tomado conhecimento
8- Relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas à Prestação de Contas de 2020 – para CONHECIMENTO;	Tomado conhecimento
9- Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé, nos termos do artigo 29.º, da Lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM – Prestação de contas de 2020 para CONHECIMENTO;	Tomado conhecimento
10- Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Plano de Ajustamento Municipal referente à Monitorização da sua execução a 31/12/2020 – para CONHECIMENTO;	Tomado conhecimento

ORDEM DE TRABALHO	DELIBERAÇÃO
11- 1ª Alteração Orçamental modificativa ao Orçamento de 2021 (Revisão Orçamental) – para APROVAÇÃO;	<i>Deliberado, por UNANIMIDADE, dos 25 membros presentes, aprovar, ao abrigo da al. a) do n.º1 do art. 25.º do mesmo diploma legal, a Proposta de 1.ª Alteração orçamental modificativa (Revisão ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2021), constante no documento que se anexa à informação, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4092, do ano de 2021.</i>
12- Parecer do FAM à proposta de 1ª Alteração Orçamental modificativa ao Orçamento de 2021 (Revisão Orçamental) – para CONHECIMENTO;	<i>Tomado conhecimento</i>
13- APRECIACÃO e APROVAÇÃO do Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro destinado ao Fomento da Produção Pecuária do Município de Alfândega da Fé, nos termos do Art. 25º nº 1, Alínea g) , da Lei Nº 75/2013, de 12 de Setembro;	<i>Deliberado, por UNANIMIDADE, dos 25 membros presentes, aprovar o Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária do Município de Alfândega da Fé, anexo à Informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata, sob o nº 4477, do ano de 2021.</i>
14- Sustentabilidade e Modelo de Financiamento do Sistema de Transportes das Terras de Trás-os-Montes - Acordo de Financiamento entre os Municípios e a CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes e Aditamento aos Contratos Interadministrativos de delegação de competências – para APROVAÇÃO;	<i>Deliberado, por UNANIMIDADE, dos 25 membros presentes, o seguinte: 1. Aprovar a autorização, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da celebração de aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, celebrados, entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelos referidos municípios, nos termos da minuta constante do Anexo II à presente proposta, como é o caso deste município, de acordo com o modelo e critérios de repartição descritos no Estudo constante do Anexo I à proposta apresentada; 2. Autorizar, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a despesa e compromissos plurianuais associados à celebração do contrato, pelo Município de Alfândega da Fé de aditamento ao Contrato Interadministrativos de Delegação de Competências, celebrados com a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES, relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelos referidos municípios suas competências enquanto autoridade de transportes, com repartição de encargos e compromissos plurianuais nos anos económicos 2022 a 2027, nos termos previstos no Anexo III à proposta apresentada; 3. Autorizar, o disposto na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.</i>
15- Lançamento da Rede Europeia de Conselheiros Regionais e Locais da UE - Carta Aberta – DESIGNAÇÃO de um membro da Assembleia Municipal para Conselheiro responsável pelos assuntos da União Europeia.	<i>Deliberado, por UNANIMIDADE, dos 25 membros presentes, designar o deputado municipal Orlando Borges para Conselheiro responsável pelos assuntos da União Europeia.</i>

sandrac